

# **Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno**

*Questões de Governança: Alternativas para Criar uma Câmara de  
Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio de Janeiro*

*(Versão Final)*

**Projeto FAPERJ nº E-26/110.644/2007**

**Gerardo Silva (LABTeC/UFRJ)  
Giuseppe Cocco (LABTec/UFRJ)**

**Junho/2009**

## ÍNDICE

<b>1. Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Porque não considerar a alternativa de constituir uma Câmara de Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio de Janeiro? .....</b>	<b>13</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>20</b>

## ÍNDICE DE MAPAS E TABELAS

Tabela 1 – População da Zona Oeste do Rio de Janeiro por região administrativa (RA), anos 2000 e 2008, e densidade populacional em 2008.....	3
Mapa 1 – Projeto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro .....	6
Mapa 2 – Disponibilidade de terras para ocupação industrial vinculadas ao projeto Arco Metropolitano do Rio de Janeiro .....	7
Mapa 3 – Plano de acessibilidade e mobilidade urbana – Santa Cruz.....	1

## 1. Introdução

Como ficou demonstrado na recente contenda eleitoral pela prefeitura municipal de Rio de Janeiro, a Zona Oeste (incluindo Barra da Tijuca e Jacarepaguá), com 1,5 milhões de eleitores, que representam 34,45% do total, foi decisiva. Nessa região, Fernando Gabeira conseguiu, no final, pouco mais de 500 mil votos, enquanto Eduardo Paes obteve 673 mil. Essa diferença acabou definindo a eleição em favor deste último. Essa força eleitoral não se traduz, entretanto, em desenvolvimento e qualidade de vida para seus moradores, em particular nas regiões administrativas de Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Realengo – que identificamos, para os fins desse trabalho, como a Zona Oeste do Rio de Janeiro (ZORJ). Como veremos a seguir, é extremamente importante encontrar alguma forma de organização institucional local que possa ajudar a reverter esse quadro.

De acordo com a Tabela 1, no ano de 2008 estimava-se a população da ZORJ em 1.615.801 habitantes, a maior parte concentrada nos distritos de Campo Grande e Bangu. Já quando considerada a densidade populacional, os índices maiores correspondem às RAs de Bangu e Realengo, e os menores a Campo Grande e Santa Cruz. Considerando a densidade média estimada da cidade em 5.212,4 hab/km<sup>2</sup>, podemos auferir uma baixa ocupação da ZORJ em geral (com exceção de Bangu) e a existência de reserva de terras em Campo Grande e Santa Cruz. De fato, a região é considerada a principal fronteira de expansão da cidade do Rio de Janeiro.

**Tabela 1 – População da Zona Oeste do Rio de Janeiro por região administrativa (RA), anos 2000 e 2008, e densidade populacional em 2008**

RA	População 2000	População 2008 (i)	Crescimento 2000-2008 (%)	Densidade (hab./km <sup>2</sup> ) 2008 (i)
Santa Cruz	311.289	349.293	12,20	2.128,5
Campo Grande	484.362	562.111	16,05	3.664,3
Bangu	420.503	440.564	4,77	6.497,9
Realengo	239.146	263.833	10,32	4.832,1
TOTAL	1.455.300	1.615.801	11,02	3.673,1

(i) Estimada.

Fonte: IPP/RJ, SEBRAE.

No que diz respeito às atividades econômicas, o relatório Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno: diagnóstico sócio-econômico do local (IE/UFRJ, 2008), destaca:

- uma predominância das atividades comerciais e de serviços com uma especialização relativa na indústria, quando comparada com o município do Rio de Janeiro;
- analisando o número de estabelecimentos, destaca-se o setor de comércio varejista com 45% dos 8.352 estabelecimentos localizados na região;
- o principal setor da indústria de transformação, em número de estabelecimentos, é a indústria de alimentos e bebidas;

- predomínio dos estabelecimentos de micro e pequeno porte, 96% dos estabelecimentos da região;
- os principais geradores de emprego são os estabelecimentos de médio e grande porte, apesar de representarem apenas 4% do número total de estabelecimentos;
- os setores mais representativos na geração de empregos, considerando sua participação relativa no conjunto de atividades econômicas da metrópole do Rio de Janeiro, pertencem à indústria de transformação: metalurgia (27,5%); minerais não-metálicos (19,2%); madeira e mobiliário (18,7%); alimentos e bebidas (15,3%); fumos, couro e pele (12,9%); e papelão e gráfica (12,5%);
- trata-se, em geral, de empregados mais jovens do que os do município do Rio de Janeiro, com menor grau de qualificação e remuneração inferior;
- o número total de empregos formais na região em 2006 era de 113.561 (que corresponde, aproximadamente, a apenas 15% da população em idade economicamente ativa da ZORJ em 2000).

Uma das principais características da ZORJ, com efeito, além da escassa representação do emprego formal na região e da sua precariedade, deriva do fato de a maioria da população trabalhadora se deslocar diariamente para outras regiões da cidade, principalmente para o Centro e a Zona Sul. Existe também uma importante presença de trabalho informal nas áreas comerciais de cada uma das RAs.

Quando considerados os indicadores de desenvolvimento social, o referido relatório do Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno destaca:

- em todas e cada uma das RAs, a renda per capita é inferior à média do município;
- em todas e cada uma das RAs, a distribuição de renda – medida pelo índice de Gini – é pior do que no município;
- em todas e cada uma das RAs, a renda domiciliar per capita média do décimo mais rico é inferior à média do município;
- em todas e cada uma das RAs, a renda domiciliar per capita média do primeiro quinto mais pobre é inferior à média do município.

Observa-se, entretanto, que alguns indicadores (taxa de alfabetização, longevidade, esperança de vida ao nascer) apresentam bons desempenhos quando comparados com os do município, dependendo da RA. Santa Cruz é a exceção, posto que todos esses indicadores permanecem inferiores – com destaque para a probabilidade de sobrevivência até os 40 anos, que é de 88,94%, contra a média de aproximadamente 92% para o restante das RAs e o município.

O caso de Santa Cruz é, no mínimo, bastante paradoxal. Considerado um dos piores IDH do Rio de Janeiro (27º nas 33 RAs), concentra, no seu distrito industrial e áreas adjacentes, um conjunto de médias e grandes empresas de alta produtividade e geração de riqueza: Gerdau-Cosigua, Michelin, NUCLEP S/A, ECOLAB, Casa da Moeda do Brasil, Vale Sul Alumínio, Sicpa, Transcor, entre outras. O professor Sinvaldo do Nascimento Souza, em ocasião do lançamento da pedra fundamental da futura CSA, em setembro de 2006, descreve o processo da seguinte forma:

“Na época colonial, Santa Cruz era conhecida como a ‘Jóia da Capitania’. Na década de 1930 e durante os quinze anos do governo Getúlio Vargas, Santa Cruz passou a ser referenciada como ‘Celeiro do Distrito Federal’. No primeiro caso, em pleno século XVIII, no governo do vice-rei Marquês do Lavradio, ‘a jóia’, que correspondia às terras e propriedades da extensa Fazenda Real de Santa Cruz, quase foi privatizada. ‘O Celeiro do Distrito Federal’ é uma referência à política agrícola empreendida pelo ministro Fernando Costa, titular da pasta da Agricultura no governo Getúlio Vargas, de tornar Santa Cruz um dos grandes celeiros do Rio de Janeiro. A partir de meados da década de 1960, os campos outrora ocupados pela lavoura e pecuária, passam a receber as primeiras instalações industriais, como a Usina Termoelétrica de Furnas, a Companhia Siderúrgica Nacional, do Grupo Gerdau e, mais tarde, a Valesul, a Casa da Moeda, Latasa, Glassurit, Ecolab, entre outras. *Em todos os casos citados, a população de Santa Cruz permaneceu à margem do processo. Não desfrutou de grandes vantagens. Os empregos prometidos, sobretudo os que exigiam qualificação profissional, foram ocupados por moradores de outros bairros e até de outros municípios. Basta ver os ônibus que ainda hoje, ocupam os pátios de algumas das indústrias instaladas em Santa Cruz*” ([www.portalitaguai.com.br/article1269.html](http://www.portalitaguai.com.br/article1269.html), entrada 12/01/2009, 21:00, destaque nosso).

O artigo do professor Sinvaldo, entretanto, tinha como objetivo colocar em relevo o empreendimento da CSA, que transformará, de acordo com seu registro das palavras do Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico Maurício Chacur, o Estado de Rio de Janeiro no segundo maior pólo de produção de aço do país, e gerará “18 mil vagas de emprego na fase da implantação, e outras 20 mil vagas diretas e indiretas, que surgirão a partir da produtividade”. Desta forma, “a Companhia Siderúrgica do Atlântico estará contribuindo para fomentar o desenvolvimento dos municípios vizinhos, como Itaguaí e Seropédica, além de prometer empregos para a população da Zona Oeste”. E continua: “Ao contrário de outras iniciativas do gênero, de empresas que se instalaram em Santa Cruz nas décadas de 1960 e 1970, sem qualquer preocupação com a qualificação da sua mão-de-obra a partir de moradores da região, a Companhia Siderúrgica do Atlântico e o próprio governo do Estado do Rio de Janeiro, estão prometendo o futuro também na formação profissional”.

A desconfiança de que isso venha de fato acontecer não se justifica apenas pela trajetória das iniciativas do gênero nas décadas de 60 e 70. Em épocas mais recentes, a ampliação e modernização do porto de Itaguaí foi justificada – em função dos investimentos públicos previstos – em discursos e parâmetros similares: a) transformar o porto de Itaguaí no principal porto concentrador da América Latina; b) colocar o Brasil no circuito dos navios gigantes das rotas marítimas internacionais; c) promover o desenvolvimento do município de Itaguaí e adjacências; e d) gerar emprego e renda para a população da zona oeste do Rio de Janeiro. Uma década depois, nada disso aconteceu nem está prestes a acontecer. Pelo contrário, o porto de Itaguaí foi integrado à cadeia logística de importação e exportação de commodities da CSN, cuja lógica de operação territorial segue o mesmo padrão descrito anteriormente.

Como sabemos, o empreendimento da CSA na ZORJ é acompanhado de outros projetos igualmente importantes, a saber: duplicação da COSIGUA (GERDAU), nova fábrica da Michelin (MICHELIN), Fábrica de Garrafas (AmBev), Nova fábrica da ICEC (ICEC). Simultaneamente, o governo do Estado, com apoio do governo federal, inicia o processo de

implementação do projeto Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano), uma grande via de circulação – de 145 km de extensão – vinculando os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro (ver mapa 1). O projeto também inclui uma obra de ampliação de 22 km de conexão específica entre a Avenida Brasil em Santa Cruz, o porto de Itaguaí e a BR-101 Sul Rio-Santos (segmento B). Ao todo, serão investidos U\$ 380 milhões ao longo de cinco anos (a previsão inicial era de que a obra estivesse concluída em 2012). A obra foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e começou oficialmente em 2008.

**Mapa 1 – Projeto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**



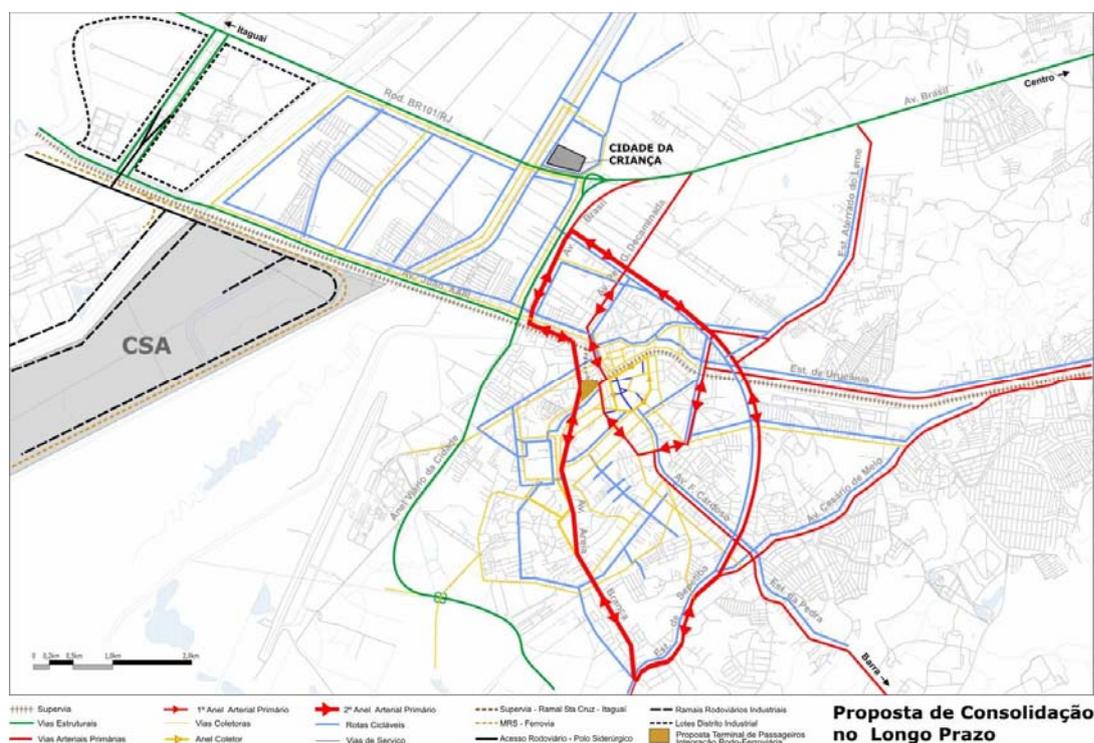
Os investimentos previstos para o Arco Metropolitano, entretanto, representam apenas 2,3% do total, se forem contabilizados os investimentos privados vinculados ao projeto, que poderão chegar a U\$ 16 bilhões. Dentre esses últimos, destacam-se os correspondentes a: PLANGAS, COMPERJ, Complexo Petroquímico Duque de Caxias, Porto de Itaguaí, CSA e Gerdau-COSIGUA. Em conjunto, esses empreendimentos de grande porte oferecem amplo sustento e justificativa para o projeto, independentemente da escolha do caminho a ser trilhado para promover o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Trata-se, ao nosso ver, da escolha de uma agenda claramente desenvolvimentista em um contexto (ecológico, econômico e cultural) que, apesar de seus problemas evidentes, possui comprovadas qualificações (e vocações!) para a produção imaterial ou pós-fordista (cf. Cocco, 2000; Lazzarato & Negri, 2001; Gorz, 2003).

O desenho do Arco Metropolitano leva em conta ainda duas questões estratégicas: a) a solução de gargalos logísticos; b) a indução do crescimento industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro. No que se refere ao item a), trata-se de descongestionar uma parte importante do sistema de transporte de cargas na cidade, hoje concentrado principalmente na Avenida Brasil. Isto inclui um debate sobre a questão portuária, posto que boa parte do congestionamento se deve à movimentação de cargas do porto do Rio – ainda o melhor posicionado comercialmente para movimentação de cargas gerais de alto valor agregado. No que diz respeito ao item b), como mostra o mapa 2, procura-se induzir a ocupação de glebas disponíveis em torno do Arco Metropolitano, seja através das atividades industriais



anéis concêntricos (coletores e arteriais) ordenadores da circulação viária e espacialmente estruturantes, que juntamente ao trecho 6 do ‘Anel Viário Estrutural da Cidade do Rio de Janeiro’ conduzirão o tráfego de passagem no contorno à área central, descongestionando a malha viária nas áreas internas a esses anéis; liberando espaço viário para a mobilidade e acessibilidade não motorizada (ciclovias e pedestres); interligando essas áreas à Área Central de Santa Cruz e principais equipamentos e serviços urbanos, preservando dessa maneira, as áreas ambientais residenciais do tráfego motorizado de passagem, para as quais deverão ser avaliadas complementarmente, medidas de moderação de tráfego, compondo um sistema sustentável de acessibilidade e mobilidade pautado nos conceitos e estratégias de Gerenciamento da Mobilidade. [O Plano inclui a construção de um terminal rodoferrviário]”.

**Mapa 3 – Plano de acessibilidade e mobilidade urbana – Santa Cruz**



*-Projeto de Estruturação Urbana (PEU) Guaratiba.* A região de Guaratiba é composta de um conjunto de áreas de proteção ambiental submetidas a intensa pressão imobiliária. Acredita-se que essa pressão deverá aumentar significativamente com a instalação dos novos empreendimentos em Santa Cruz. Nesse sentido, outorga-se prioridade à elaboração do PEU de Guaratiba, na tentativa de estabelecer parâmetros de ocupação ordenada e consistentes com suas restrições ambientais.

*-Revisão da ZE 7 Realengo.* A Zona Especial 7 Realengo refere-se a áreas de uso militar que estão sendo disponibilizadas, e inclusive comercializadas, para uso urbano. Por outra parte, a autoridade militar da região já sinalizou que as unidades instaladas em Realengo serão desativadas e transladadas para outros locais. Assim, será preciso revisar a condição de Zona Especial que a legislação vigente estabelece para essas áreas.

No que diz respeito à (provável) realização das olimpíadas em 2016, a proposta considera o “cluster Deodoro”, em Realengo, onde já foram realizados investimentos esportivos por ocasião dos Jogos Panamericanos de 2007. O Círculo Militar Deodoro, com efeito, localizado na Vila Militar, é uma área do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro onde foram construídas instalações permanentes relativas à prática de hipismo, tiro esportivo, tiro com arco e prática de hóquei sobre grama.

No curto prazo, essas instalações serão aproveitadas para a realização das Olimpíadas Militares de 2011, já confirmadas<sup>1</sup>. Também chamados “Jogos da Paz”, a última edição foi realizada nas cidades indianas de Hyderabad e Bombaim em 2007, mobilizando 4.571 atletas de 71 países (em 2003, em Catânia, Itália, foram 6.000 atletas de 87 países). O investimento estimado para o evento no Rio de Janeiro é de R\$ 1,27 bilhões, a serem distribuídos na adequação das infra-estruturas e dos equipamentos esportivos, na construção de uma (nova) vila olímpica e no desenvolvimento de softwares de comando e interligação de sistemas esportivos, de arbitragem, mídia, divulgação e homologação dos resultados. Parte da justificativa do Governo para apoiar a realização dos jogos militares foi o quanto isto posicionaria melhor o Rio de Janeiro de cara à candidatura para os jogos olímpicos 2016<sup>2</sup>.

Em termos institucionais, um dos elementos extremamente positivos da proposta da SMU é o fato dela ter sido elaborada por um Grupo de Trabalho *ad-hoc*, com participação não apenas das diferentes secretarias da Prefeitura, como também do governo do Estado, um tipo de colaboração pouco freqüente entre diferentes departamentos e órgãos de governo:

“A primeira reunião específica do GT ocorreu em 16/05/2007. Foi estabelecido um cronograma de reuniões semanais, na Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU/CGPU), com a participação constante de representantes dos órgãos participantes e o estabelecimento de tarefas a serem desenvolvidas para as reuniões seguintes (...). Complementarmente às reuniões semanais e aos eventos iniciais, foram realizadas ainda outras atividades:

- Reuniões específicas sobre o Trecho 6 do Anel Viário na sede da Secretaria Municipal de Transportes.
- Vistoria conjunta aos locais de intervenção em 05/07/2007 e de participantes do GT, setorialmente, em outras datas.
- Reunião sobre a reativação do Ramal Ferroviário de Passageiros entre Santa Cruz e Itaguaí com o Diretor de Engenharia da Central, Sr. Bento Lima, em 10/07/2007.

---

<sup>1</sup> O Rio de Janeiro ganhou da cidade de Istambul, que realizou pesados investimentos para sustentar sua candidatura. O Rio, porém, tinha a vantagem dos equipamentos já construídos para o PAN 2007.

<sup>2</sup> O custo estimado do evento está sendo questionado pois, segundo informações divulgadas pela imprensa, custará mais do que a conclusão do programa nuclear da Marinha (R\$ 1,04 bilhão), considerado estratégico para colocar o país no seleto grupo dos que dominam o ciclo do combustível nuclear. Ainda para efeitos de comparação, o valor da olimpíada militar corresponde a três vezes o que o Brasil já pôs na missão de paz no Haiti em quatro anos (R\$ 431 milhões) e a um quarto do pacote de reaparelhamento da Força Aérea, o FX2, estimado em R\$ 4,5 bi. Contudo, o compromisso do Governo para facilitar esse montante investimentos se mantém. Em 2008 foi autorizado crédito extraordinário de R\$ 275 milhões para início da construção da Vila Olímpica.

- Reunião para apresentação dos trabalhos do GT ao Sr. Secretário de Urbanismo e a representantes das empresas Central, Gerdau/Cosigua e CSA em 17/07/2007.
- Reunião sobre os acessos às siderúrgicas CSA e Gerdau entre os representantes do GT e das companhias, para exposição da necessidade das empresas CSA e Gerdau elaborarem propostas de acessibilidade para avaliação dos técnicos setorialmente.
- Reunião sobre os impactos dos projetos viários na Base Aérea de Santa Cruz e no Distrito Industrial de Santa Cruz, entre os representantes do GT, da Base Aérea e da Codin.
- Reunião sobre os impactos do projeto de esgotamento sanitário na AP5, entre representantes da SMU/CGPU/GPL-5 e o Gerente de Projetos de Esgotamento Sanitário da SMO/Rio-Águas.
- Apresentação dos resultados preliminares do GT ao Compur (Conselho Municipal de Política Urbana) em reunião de 08/11/2007.

Ao longo do período de reuniões e trabalho, os integrantes do GT consolidaram os estudos sobre o cenário atual da região, com a apresentação de propostas mais bem detalhadas para o bairro de Santa Cruz (...)” (Grupo de Trabalho Santa Cruz, *Relatório Final*, março de 2008, p. 6).

Contudo, as limitações do estudo da SMU/RJ relativos ao posicionamento da ZORJ são evidentes. Trata-se, em primeiro lugar, de uma proposta de ordenamento urbano funcional e preventivo alinhada com as possíveis demandas dos empreendimentos industriais associados ao Arco Metropolitano apenas para a RA Santa Cruz. Falta, sobretudo, uma visão de conjunto mais abrangente, que poderia ter sido feita, por exemplo, através de um amplo debate sobre os destinos da Avenida Brasil, principal eixo articulador da ZORJ a ser afetada pela construção do Arco Metropolitano. Em segundo lugar, a perspectiva parece corresponder melhor à de um *território que deve ser posicionado*, do que à de um *território que deve posicionar-se*. Não se desprende das conclusões do relatório a necessidade de ampliar o debate com os atores locais (com exceção das grandes empresas sediadas nos distritos industriais). Dessa maneira, mantêm-se o círculo vicioso de grandes investimentos que geram grandes investimentos e escasso desenvolvimento local.

Vale destacar, entretanto, as iniciativas do SEBRAE/RJ e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro (SEDEIS) que, em conjunto com a Caixa Econômica Federal e a NUCLEP, organizaram e realizaram, no dia 18 de outubro de 2007, o "Seminário Grandes Negócios para Pequenas Empresas na Região do Porto de Itaguaí", que também contou com o apoio da FIRJAN e FECOMÉRCIO. O Seminário ofereceu às diversas empresas fluminenses, micro e pequenas, a oportunidade de obter informações necessárias de como proceder para fechar negócios com grandes empresas participantes, dentre outras, PETROBRAS, ELETRONUCLEAR, MICHELIN, LIGHT, THYSSENKRUPP CSA e NUCLEP, que montaram estandes próprios para atender as dúvidas dos prováveis futuros fornecedores<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Segundo informações de imprensa, cerca de 400 fornecedores – de micro e pequeno porte – participaram do seminário. Em termos gerais, os fornecedores eram dos setores de serviços e indústria e comércio. Além de Itaguaí, eram provenientes de Volta Redonda, Niterói, Macaé e Baixada Fluminense.

Nessa mesma linha de ação, o SEBRAE/RJ encontra-se realizando estudos sobre a demanda setorial de bens e serviços das grandes empresas da zona oeste, com a finalidade de tornar mais eficiente a aproximação com os fornecedores da região. Tratar-se-ia, enfim, de trabalhar o adensamento do território a partir das cadeias de suprimentos locais, isto é, das MPEs em condições de integrar-se produtivamente à rede de fornecedores dessas grandes empresas<sup>4</sup>. Com o intuito de democratizar o acesso às informações sociais, políticas e econômicas de cada localidade, o SEBRAE/RJ também lançou, em 2008, a coleção de Informações Sócio-Econômicas referentes a cada uma das regiões administrativas da cidade, dentre as quais as RAs Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Realengo<sup>5</sup>.

O SENAI/RJ também pretende desenvolver cursos de qualificação em áreas vinculadas aos processos metalúrgicos. De fato, em 2007 já aconteceu o curso de Fundamentos de Processos Metalúrgicos, contrato assinado entre o Sistema Firjan e a ThyssenKrupp CSA. Por sua vez, este curso foi considerado pré-requisito para os cursos de qualificação e especialização oferecidos pelo SENAI nas áreas de Eletricidade, Mecânica, Processos Metalúrgicos e Operação. Em uma primeira etapa, a previsão é de qualificar cerca de 1.500 trabalhadores, com prioridade para moradores de Santa Cruz, Itaguaí, Paciência, Campo Grande, Seropédica e Mangaratiba, áreas vizinhas ao pólo siderúrgico. Em termos gerais, há sinais de que a rede de ensino da região tem interesse em participar desse processo de qualificação, porém aguardam que a demanda se torne mais efetiva<sup>6</sup>.

Sem demérito destas e de outras iniciativas do gênero, seja do Sistema S ou da rede de educação superior da ZORJ, é preciso lembrar que essas instituições operam com um foco bem definido de atuação, seja na mobilização empresarial das MPEs, seja na capacitação da mão-de-obra e na qualificação profissional. Considerando a gravidade dos problemas que atravessam a ZORJ, entretanto, essas iniciativas podem ser consideradas sem dúvida necessárias, porém nunca suficientes.

Nesse sentido, é preciso lembrar que hoje a ZORJ é não apenas a principal fronteira de expansão das atividades industriais na cidade do Rio de Janeiro, como também é a principal fronteira de expansão das favelas. De acordo com Sergio Besserman Viana (2008), os dez bairros com maior crescimento absoluto em área de favela entre 1999 e 2004 são, pela ordem, Guaratiba (com uma ampliação de 0,3 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 22,7% da sua área de favela em 1991), Senador Câmara, Santa Cruz, Acari, Jacarepaguá, Paciência, Campo Grande, Recreio dos Bandeirantes, Pavuna e Bangu. Na mesma apresentação, o presidente do IPP/RJ observa: “Os grandes empreendimentos implantados ou previstos para a Zona Oeste – Michelin em Guaratiba / Campo Grande e o pólo siderúrgico em Santa Cruz – possivelmente implicarão taxas altas de crescimento populacional para a AP5 nos próximos anos, seja em favela, seja nas áreas formais” (p. 6). Voltamos, portanto, à reflexão inicial apresentada no início deste relatório.

---

<sup>4</sup> Outras preocupações manifestadas pelo SEBRAE/RJ com relação à ZORJ referem-se às políticas de responsabilidade social e ambiental das grandes empresas, à melhoria do comércio local (a partir de um conhecimento mais pormenorizado do mercado de consumo), e a identificação de alternativas de governança para o desenvolvimento sustentável da região.

<sup>5</sup> Informações que, aliás, estão sendo aproveitadas neste relatório.

<sup>6</sup> A universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), entretanto, oferece cursos tecnológicos desde 2005, dentre os quais: produção em siderurgia, polímeros, construção naval, fármacos, biotecnologia e tecnologia da informação. As carreiras foram escolhidas para suprir a demanda que deve surgir com a instalação dos pólos Gás-químico na Baixada, Siderúrgico em Itaguaí e com o aumento das atividades no porto de Sepetiba.

Em termos de segurança, embora a ZORJ seja considerada menos insegura que a zona norte da cidade, apresenta indicadores alarmantes. De acordo com informações do Centro de Estudos de Cidadania e Segurança (Cesec) da Universidade Candido Mendes, enquanto a zona sul do Rio de Janeiro apresentou uma taxa de homicídios de 5,3 para cada 100 mil habitantes no período de janeiro a setembro de 2008, na zona oeste a mesma foi de 23,74. Em agosto de 2007, a Polícia Militar do Rio de Janeiro mobilizou 500 homens em uma grande operação contra o tráfico de drogas na zona oeste, nas favelas Vila Aliança, Taquaral, Coréia e Rebu. Em outubro do mesmo ano, uma nova ação policial – desta vez focada na favela da Coréia, em Senador Camará – deixou 12 mortos (dentre os quais uma criança de 4 anos e um policial), 4 feridos e 11 pessoas presas. Na operação, segundo a imprensa, foram mobilizados 300 efetivos, incluindo carros blindados e apoio aéreo de helicópteros.

Nos últimos anos, entretanto, a ZORJ tem se caracterizado pela presença marcante das milícias, isto é, de grupos armados de polícias, ex-policiais, agentes penitenciários, militares e bombeiros que nasceram e proliferaram no clima de insegurança provocado pela presença do narcotráfico nas favelas. Aos poucos, desde sua origem na Favela Rio das Pedras nas décadas de 70 e 80, em Jacarepaguá, as milícias foram consolidando sua presença territorial até controlar mais de 200 favelas, a maioria da capital e, em particular, da ZORJ (segundo depoimento do deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da CPI das milícias na ALERJ). Por sua vez, essa expansão territorial foi acompanhada pelo desenvolvimento dos “negócios” dos grupos que, da segurança clandestina nas comunidades, passaram também a lucrar com a segurança fora das favelas, com o transporte alternativo, a distribuição de gás, TV a cabo ou “*gatonet*” e, em alguns casos, com o aluguel de equipamentos públicos para recreação e prática esportiva.

A questão mais delicada do fenômeno das milícias, porém, é o fato delas se tornarem parte das instituições e/ou do sistema de representação governamental. O relatório final da CPI das Milícias, aprovado oficialmente na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro em 16/12/2008, indiciou 225 pessoas – entre elas políticos e vereadores – por envolvimento em delitos tais como cobrança de dinheiro de moradores em troca de segurança e taxas para o funcionamento do comércio e circulação de transporte alternativo, entre outros. Nas últimas eleições municipais, que, como dissemos, foram decididas na ZORJ, vários candidatos a vereador estavam vinculados à milícia – e alguns foram efetivamente eleitos, como veremos mais adiante.

Há, evidentemente, responsabilidades compartilhadas por essa situação. Tal como assinala o relatório:

“Não resta dúvida de que foram a omissão do Estado de promover políticas públicas de inclusão social e econômica e a conivência das autoridades encarregadas de garantir a segurança pública os grandes fermentos para o crescimento das milícias tais como se apresentam hoje – representantes do Estado formal utilizando de maneira ilegal os instrumentos do próprio Estado para extorquir, intimidar e subjugar milhares de cidadãos de comunidades populares”.

Porém, também:

“O bombardeio ideológico secular das classes dominantes, pregando a ordem e a repressão aos desvios, obviamente contaminou segmentos da população que, em diversos momentos, admitiu e até apoiou tais práticas”.

E, pior ainda:

“Foi o próprio prefeito César Maia que, instado a se pronunciar sobre a proliferação de milícias nas comunidades populares, deu a elas o status de *grupos comunitários de autodefesa*” (destacado no original).

Ora, chegados a este ponto parece mais do que legítimo se perguntar: em que medida os milhares de empregos que serão criados através desses empreendimentos e seus efeitos multiplicadores traduzir-se-ão em melhoria da qualidade de vida da população da ZORJ, isto é, em trabalho, renda, educação, saúde e segurança? Qual seria a melhor estratégia de posicionamento do território com relação aos empreendimentos que estão sendo propostos? Quais são as oportunidades que se abrem para o desenvolvimento local da ZORJ? Como colocar em relevo os problemas específicos da região para que eles possam ser integrados à nova configuração da dinâmica metropolitana sob uma ótica menos tecnocrática? Trata-se, evidentemente, de uma alternativa de mobilização da sociedade local que vai além de uma consulta mais ou menos institucional das soluções propostas. A seguir exploramos uma saída possível.

## **2. Porque não considerar a alternativa de constituir uma Câmara de Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio de Janeiro?**

Pensar em constituir uma Câmara de Desenvolvimento da ZORJ, mesmo que como projeto preliminar, exige a consideração de alguns aspectos que demonstrem sua viabilidade. Se até agora se privilegiou a perspectiva de um questionamento da racionalidade (econômica, setorial e verticalizada institucionalmente) que acompanha os grandes projetos previstos para a região, é preciso colocar também em relevo as potencialidades que a ZORJ oferece para estabelecer um dispositivo de governança dessas características. Nesse sentido, parece extremamente auspicioso o interesse em debater questões locais (e estruturais!) em cada um dos encontros mantidos com empresários e lideranças da zona oeste, assim como a disposição de cada um dos entrevistados para o desenvolvimento desta pesquisa (vide lista em anexo).

Engana-se quem acredita que a ZORJ seja uma região sem história, sem identidade e sem laços sociais fortes por parte das suas comunidades. Pelo contrário, trata-se de um vasto território que cresceu e se desenvolveu bastante isoladamente do restante da cidade, e a um ritmo certamente mais cadenciado do que a zona norte. Isso não foi impedimento, entretanto, para que a sociedade local se organizasse em diversos tipos de instituições: associações de moradores, associações comerciais e industriais, clubes, Igrejas, bibliotecas populares, centros culturais, universidades, etc., muitas delas de longa data, como mostra o quadro 1. Fala-se, inclusive, de um movimento difuso de autonomia da ZORJ – favorecido tanto pelo seu isolamento geográfico relativo quanto pela escassa atenção prestada aos seus problemas específicos por parte da Prefeitura<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> A estrutura da administração municipal em território carioca foi criada na década de 1960 pelo primeiro Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Inicialmente foram criadas três administrações regionais -

<b>Instituição</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Obs.</b>
Grupo Carnavalesco Flor da Lira	1903	Um ano depois teve a fundação do grupo carnavalesco rival Flor da União, formado por pessoas da raça negra.
Bangu Atlético Club	1904	Um grupo de operários ingleses e brasileiros fundaram o “The Bangu Athletic Club”, em 17 de abril.
Cassino Bangu	1907	1908. O Cassino Bangu adquire um cinematógrafo Pathé e faz exibições de cinema para os seus associados.
Escola Militar de Realengo	1913	
Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG)	1924	
Grêmio Literário Rui Barbosa	1925	
Campo Grande Atlético Club	1940	
Luso Brasileiro Tênis Club	1950	
Escola Mocidade Independente de Padre Miguel	1955	A escola foi fundada em 1955 a partir de um time de futebol chamado Independente Futebol Clube, do qual adotou as cores verde e branca. Muitos jogadores tornaram-se membros da bateria e o técnico do time, Mestre

Lagoa, São Cristóvão e Campo Grande - por decreto de janeiro de 1961. Mais tarde foram criadas outras 18, compondo um total de 21 regiões administrativas. Desde então essa estrutura vem sendo utilizada e modificada pelos sucessivos governantes e prefeitos. Em 1988, foi criada a 30ª Região Administrativa, abarcando a área da Maré, a primeira RA da cidade a se instalar numa favela. Durante o governo de Cesar Maia foram criadas as subprefeituras, como uma proposta de coordenação e descentralização da administração municipal com base na RAs. Segundo o próprio prefeito: “Com elas não buscávamos eficiência administrativa, mas ‘vertebração’, dentro do mesmo método do plano estratégico de Madri. Buscávamos aproximar a população das decisões de governo, liberando o tempo da burocracia central, muitas vezes insensível, para as tarefas de formulação, planejamento e controle” (apud. Magalhães, 2002). O fracasso dessa inovação institucional – que também afeta a ZORJ – fica exposto nas palavras do atual prefeito Eduardo Paes, ele mesmo subprefeito do governo Cesar Maia: “Ainda não temos opinião formada sobre o número exato de subprefeituras. Sabemos, no entanto, que as subprefeituras perderam sua força política com o passar dos anos, porque foram usadas como um instrumento político. Queremos resgatar o papel original das subprefeituras” (cf. [www.acija.org.br](http://www.acija.org.br), entrada 28/01/2009, 19:11).

		André, foi o primeiro mestre-sala. A estréia oficial foi no carnaval de 1957, ainda nas "divisões de base" da hierarquia carnavalesca.
Lions Club Campo Grande	1964	
Instituto Campograndense de Cultura (ICC)	1967	
Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu (ACERB)	1968	
Lions Club Bangu	1969	
Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (UNIMSB)	1969	Tem sua origem no ano de 1936, com a criação do Colégio Afonso Celso.
Sociedade Universitária Campograndense (SUC)	1969	

Em *O Velho Oeste Carioca* (2008), André Luiz Mansur assinala alguns elementos importantes na configuração do perfil econômico e social da ZORJ antes da construção da Avenida Brasil: o traslado do matadouro municipal para Santa Cruz (1881); a instalação da fábrica de tecidos Bangu (1893); a construção da fábrica de cartuchos em Realengo (1898); a construção do hangar do Zeppelin em Santa Cruz (1936). Isso no âmbito de uma cultura rural (da zona oeste) que ainda mantinha uma significativa presença na comunidade local. De fato, o autor reconhece no ciclo do cultivo da laranja, quando a região, junto com a Baixada Fluminense, transformou-se na maior produtora de laranjas do país, um momento de riqueza e prestígio, cuja decadência, que começou com a Segunda Guerra Mundial, determinou a transformação das propriedades rurais em loteamentos suburbanos – que no decênio 1940-1950 colocaram a ZORJ entre os maiores incrementos populacionais da cidade (apud. *O Rio de Janeiro em seus 400 anos*, 1965).

A construção da Avenida Brasil (1939-1946), foi o vetor que transformou as formas de ocupação da ZORJ. Embora a ferrovia já vinculasse a região à cidade desde o fim do século XIX, a Avenida Brasil determinou uma urbanização industrial tipicamente fordista, com a instalação de fábricas, complexos habitacionais, bairros operários e favelas (cf. Abreu, 1997; Lessa, 2001; Urani, 2008). Entretanto, como corretamente destaca o relatório Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno (IE/UFRJ, 2008), a nova via não teve o resultado esperado: “A criação da rodovia presidente Dutra [1951], ligando o Rio a São Paulo, desviou o fluxo e mercadorias para outra direção e a região ficou estagnada, em termos de adensamento e desenvolvimento industrial” (p. 13). Todavia é preciso observar que, em termos de desenvolvimento industrial, a estagnação

passou a ser estrutural a partir da década de 1980, afetando a metrópole do Rio de Janeiro como um todo<sup>8</sup>.

O desenvolvimento dos distritos industriais de Campo Grande<sup>9</sup> e Santa Cruz<sup>10</sup>, a partir da década de 1960, representou uma tentativa de dinamizar a ZORJ através da criação de incentivos para a localização industrial de empresas de grande porte. Como observado anteriormente, a tentativa foi relativamente bem sucedida quanto ao segundo aspecto, mas não quanto ao primeiro. Pelo menos três fatores podem ter tido incidência nessa trajetória: a) o fato de os distritos industriais serem administrados pelo governo do Estado, e não do município; b) as características “auto-suficientes” das grandes empresas; e c) a própria concepção de distrito industrial, que cria um dispositivo fechado com relação ao tecido urbano da cidade e/ou da região. Desse modo, criou-se na ZORJ um dualismo institucional e econômico que não conseguiu reverter o quadro de estagnação territorial iniciado com a construção da rodovia presidente Dutra.

Voltando para a dimensão institucional, que será determinante na consideração da alternativa de constituir uma Câmara de Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio de Janeiro, podemos abrir um parêntese sobre um outro aspecto bastante problemático – embora estratégico – no processamento político da ZORJ: o clientelismo. Segundo a dissertação de mestrado de Nelson Ricardo Mendes Lopes, *Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro: clientelismo ou o caso das bicas d’água no Mendanha* (2007), a prática clientelística é de longa data na região, alcançando significativa expressão nos governos estaduais (da Guanabara, entre 1971 e 1975, e do Rio de Janeiro, entre 1979 e 1983) de Antônio de Pádua Chagas Freitas, que foi reconhecido (sobretudo pelos seus adversários políticos) pela sua capacidade de mobilizar uma ampla rede de cabos eleitorais através da administração pública e vice-versa<sup>11</sup>:

“Como o Grupo Triângulo da República Velha, o ‘chaguismo’ criará o grupo do ODIA, [que no Mendanha contará com a] figura do antigo vereador e deputado estadual Arthur Miécimo da Silva e suas bicas d’água, que irão impulsionar sua política e que virão se tornar parte do folclore da zona oeste, marcando o imaginário coletivo da região, que o transformou no principal provedor de equipamentos urbanos: água, luz e transportes, e que trarão o progresso para a região” (p. 7).

<sup>8</sup> Segundo Urani (2008), o valor real da produção industrial do Rio de Janeiro foi praticamente multiplicado por quatro entre 1959 e 1975. A crise só veio na segunda metade da década de 80, “E veio para ficar: de lá para cá, a indústria da região metropolitana só fez andar para trás: hoje, ela corresponde a cerca da metade do que era em 1980!” (p. 40).

<sup>9</sup> Entre as indústrias que se encontram instaladas em Campo Grande estão: AmBev, Refrigerantes Convenção, Guaracamp, Cogumelo (estruturas metálicas), Fredvic (confecção), Novartis (farmacêutica), Michelin, EBSE (soldas elétricas), Superpesa (estruturas metálicas), Dancor (bombas) e Ranbaxy (farmacêutica).

<sup>10</sup> Entre as indústrias que se encontram instaladas em Santa Cruz estão: Aciquímica industrial Ltda., AGA S/A, Casa da Moeda do Brasil, CEGELEC Ltda., Ecolab Química Ltda., Furnas Centrais Elétricas, Gerdau Cosigua, Michelin, Morgante Brasil Ltda., Novartis Bio Ciências Ltda., NUCLEP S/A, Pan-Americana S/A (Indústrias Químicas), Rexam Beverage Can América S/A South, SICPA Brasil Ltda., Transcor Ltda. (Indústria de pigmentos e corantes), Valesul Alumínio S/A.

<sup>11</sup> “O Grupo Triângulo e a ‘máquina chaguista’, em diferentes épocas, usaram técnicas clientelistas para cativar grande número de eleitores, e para fazer valer o funcionamento dos princípios da reciprocidade e lealdade que alicerçaram o jogo político em suas diferentes épocas. *O ‘chaguismo’ contará ainda com a mídia escrita*, elemento de fundamental importância para fazer sua propaganda, voltando a atenção da população para os feitos dos líderes nas suas localidades, transformando-os em futuros agentes políticos que irão perpetuar o funcionamento da máquina” (Nelson Ricardo Mendes Lopes, 2007: p. 7, destaque nosso).

Apesar de o trabalho supracitado centrar-se especificamente no Mendanha, sub-bairro de Campo Grande, podemos considerar as conclusões como válidas para a ZORJ em geral. Hoje, o panorama não parece muito mais promissor. Segundo *O Globo*<sup>12</sup>, “o relatório final da CPI que investiga as milícias na Câmara dos Vereadores do Rio deve trazer o pedido de indiciamento de três vereadores: Nadinho de Rio das Pedras, Jerominho e Luiz André Deco. Também serão indiciados pela CPI os eleitos Carminha Jerominho e Cristiano Girão. Apesar do indiciamento, a probabilidade de que algum vereador perca o mandato é pequena, uma vez que a Câmara dos Vereadores não tem Código nem Comissão de Ética. Além disso, não há uma Corregedoria para avaliar eventuais processos de cassação”.

Ora, nem o clientelismo “chaguista” nem os vereadores da milícia podem ser atribuídos aos anseios da população da zona oeste, muito menos ser considerados como um defeito endêmico da região. De algum modo a ZORJ é refém dos dispositivos que produzem esses fenômenos que precisam ser entendidos e enfrentados politicamente – não apenas como um problema de segurança pública. Para isso é necessário mais democracia, mais transparência na gestão pública e mais participação cidadã, sobretudo nas decisões que dizem respeito ao território que as pessoas habitam. Acreditamos que um passo nessa direção seria a criação de uma Câmara de Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entendida como um espaço amplo e aberto de discussão e debate sobre os problemas específicos da ZORJ com relação ao restante da cidade e, é claro, com relação aos grandes investimentos previstos para a região.

Entre os atores estratégicos da ZORJ que podem ser mobilizados para constituir a rede de suporte da Câmara de Desenvolvimento, além das Associações Comerciais e Industriais de Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, temos uma unidade do SEBRAE em Bangu, uma unidade do SENAC em Campo Grande, uma unidade do CEFET em Realengo, um conjunto de unidades “descentralizadas” da prefeitura, um Centro Universitário Estadual da Zona Oeste do Rio de Janeiro (UEZO) e 7 universidades privadas oriundas da zona oeste (atualmente nucleadas no CIEZO), entre outras. O mapa das instituições completa-se com as redes de organizações não-governamentais atuantes na região, e com as redes sociais vinculadas às igrejas. Trata-se de um universo bastante heterogêneo, porém atuante, de atores locais que, através de uma estratégia de governança adequada, poderão ser postos a colaborar sem perder de vista seus interesses particulares e específicos<sup>13</sup>.

Vale a pena destacar também, em prol da governança local, algumas iniciativas que revelam capacidade de articulação e mobilização da ZORJ em diferentes âmbitos:

***-Oeste Export – Encontro Internacional de Desenvolvimento e Comércio Exterior do Estado do Rio de Janeiro.*** Nasceu em meados do ano 2000, quando um grupo de empreendedores da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro entendeu ser necessário discutir o desenvolvimento estadual, a partir da ótica, das necessidades e oportunidades da região e seu entorno. A 8ª edição da Oeste Export aconteceu entre os dias 11 e 14 de junho de 2008, e contou com o patrocínio da Petrobrás e do Governo Federal, além do apoio de

---

<sup>12</sup> <[www.oglobo.globo.com/rio/mat/2008/12/15](http://www.oglobo.globo.com/rio/mat/2008/12/15)>

<sup>13</sup> É importante ponderar corretamente essa noção. Contrariamente à perspectiva que assume a instância de cooperação institucional como instância de governo, na qual os interesses particulares devem ser colocados de lado em prol de objetivos gerais, acreditamos que as estratégias de governança se afirmam na valorização das singularidades produtivas de cada um dos atores da cena local e na sua capacidade de pactuar uma agenda de questões de interesse comum.

empresas como a Michelin, Gerdau, Furnas, Casa da Moeda do Brasil, SEBRAE e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, entre outras.

**-Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste – CIEZO.** É uma sociedade civil sem fins econômicos que se propõe a atuar no terceiro setor, buscando continuamente a melhoria das condições de vida no exercício pleno de cidadania. Formado pela união das sete instituições de Ensino Superior originárias da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, a saber, Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, Faculdade Bezerra de Araújo, Faculdade Machado de Assis, Faculdades São José, Faculdades Integradas Simonsen e Universidade Castelo Branco, tem como missão atuar em todo território nacional, com foco na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, disponibilizando, sob a forma de projetos em parceria, todo o conhecimento técnico-científico e cultural e a força de trabalho acumulada nas sete Instituições de ensino que o compõem.

**-Grupo de Usuários Linux da Zona Oeste – GULZO.** O foco principal desta iniciativa é tentar agregar usuários de software livre Linux que estejam dispersos na zona oeste do Rio de Janeiro através da realização de micro eventos, bem como atrair interessados em conhecer, em tempo de execução, o software livre de código aberto.

**-Anime Point Festival.** Fãs dos desenhos japoneses chamados Anime reúnem-se no Anime Point Festival de Campo Grande desde 2004. (A palavra Anime tem significados diferentes para os japoneses e para os ocidentais. Para os japoneses, anime é tudo o que seja desenho animado, seja ele estrangeiro ou nacional. Para os ocidentais, anime é todo o desenho animado que venha do Japão).

**-Grêmio Recreativo Escola de Samba Delírio da Zona Oeste – GRES Delírio da Zona Oeste.** A Delírio da Zona Oeste foi fundada em 9 de março de 1998 por Francisco Cezar Mariano. O sonho de criar uma escola ganhou força e a sede foi construída em 1999, na Avenida Dom Sebastião I, na Vila São João. Os moradores de Campo Grande ficaram em festa desde que a escola passou em primeiro lugar na avaliação da AESCRJ no carnaval de 1998. Hoje, o GRES Delírio da Zona Oeste tem um perfil diferente daquele apresentado na época de sua fundação. Com efeito, a Agremiação é atualmente comandada por um grupo de Gestores de Carnaval, que são profissionais formados pelo Instituto do Carnaval da Universidade Estácio de Sá.

**-FULLMETAL ROCK FESTIVAL 6ª EDIÇÃO, Campo Grande, RJ (16/3/2008).** A Zona Oeste do Rio de Janeiro sempre teve destaque na cena carioca do rock. Eventos memoráveis como o Arena do Heavy (Campo Grande) e o Rato no Rio (Bangu), bandas como Gangrena Gasosa, Cactus Peyotes, Sex Noise, Ataque Periférico..., rádios comunitárias (ou a fase rock da Costa Verde FM), fanzines, o pessoal da Brigada Metálica de Realengo nos anos 80 ou da UHB (União Headbanger) nos anos 90, entre outros, fizeram a história da cena local. A 6ª edição do FullMetal aconteceu no Espaço Século XXI que é um dos melhores, se não o melhor ambiente, para shows de rock no Rio. É espaçoso, conta com um bom palco, camarim, fácil localização, condução para todos os pontos do Rio. Enfim, tem tudo para abrigar shows de pequeno e médio porte (nacionais e internacionais).

Para finalizar, podemos indicar também duas iniciativas vigentes (e de algum modo emblemáticas) que tem como protagonistas grandes empresas da zona oeste:

**-Banco de Alimentos no Rio de Janeiro (Gerdau Cosigua).** Trata-se de um programa de captação e distribuição de alimentos em instituições beneficentes da ZORJ, doados por supermercados, restaurantes e outras empresas. O programa faz parte do Projeto Bancos Sociais, uma iniciativa sem fins lucrativos criada há mais de 8 anos pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). Impulsionado pelo Instituto Gerdau, responsável pelas políticas e diretrizes da empresa na área de responsabilidade social, o programa foi inaugurado em 28/11/2008 em Campo Grande (RJ), local da sede. Na primeira entrega de alimentos, foram beneficiadas a Fundação Aurélio Massaloba Kajixima, em Itaguaí, a Casa de Nossa Senhora do Desterro e de Santo Antônio, e o abrigo A Minha Casa, ambas em Campo Grande. A ação é realizada em parceria com a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz (AEDIN), Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), Associação Comercial e Empresarial de Bangu (ACERB), jornal Atual, Camelo Comunicação, Lions Club de Campo Grande, Macplanus Planejamento e Marketing, Oeste Export, Pires Advogados Associados e Rotary Club de Campo Grande, empresas e instituições não-governamentais. O programa conta também com o apoio da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Rio de Janeiro (FETRANSCARGA), a Puras (fornecedora industrial de alimentos), o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio de Janeiro (SINDICARGA), a Agência Elo e o Portal de Campo Grande. Essas empresas atuam como prestadoras de serviços ou promovem doações de recursos necessários ao projeto.

**-Atitude Cidadã (Casa da Moeda do Brasil, CMB).** Na sua segunda edição em 2008, o programa Atitude Cidadã patrocina, através de edital público, instituições sem fins lucrativos, sediadas na Zona Oeste e na Baixada Fluminense, que possuam projetos esportivos e culturais com viés educativo e que estejam claramente direcionados para a inclusão social e a democratização do acesso nessas regiões. Segundo o edital, a CMB investirá o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) previstos em seu orçamento no segmento de patrocínio. Cada projeto poderá receber até R\$ 25.000,00 como valor global, ao longo de 12 meses. Os recursos destinados ao patrocínio poderão ser redistribuídos a critério da CMB, em caso de número reduzido de projetos selecionados e de acordo com o alcance social destes. Em 2008, os projetos selecionados foram:

- “Redescobrimo a História e a Cultura do Rio de Janeiro”, apresentado pela ABM – Conselho de Entidades Populares;
- “Adereço”, apresentado Pelo Centro Cultural Hardy Alves Virgens;
- “Artesanato de Queimados”, apresentado pela Central de Assessoria Social;
- “Livro de Rua”, apresentado pela Companhia Encena;
- “PRIESC – Programa de Iniciação ao Esporte, Saúde e Cidadania”, apresentado pela organização Esporte, Saúde e Cidadania;
- “BAC – Ritmo Negro”, apresentado pela Casa da Cultura da Baixada Fluminense;
- “A História que eu Conto em Graffiti”, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social;
- “Balaio Cultural”, apresentado pelo Pólo de Educação Geral e Ações Solidárias da Zona Oeste;

- “Esporte no Batam”, apresentado pelo Instituto Novos Talentos;
- “Ser Cidadão”, apresentado pela Associação Phoenix/Auto-Estima - APA;
- “Capoeira na Comunidade”, apresentado pelo Centro Comunitário Projeto Pé-De-Moleque;
- “Escolinha de Árbitros”, apresentado pelo Instituto Dom Pixote;
- “I Feira de Talentos e Arte Popular de Belford Roxo”, apresentado pelo Instituto Semear;
- “Cultura e Meio Ambiente”, apresentado pelo Centro Social do Conjunto Habitacional Bandeirantes.

As iniciativas elencadas acima, que não podem ser consideradas exaustivas, mas representativas ou emblemáticas, possuem o mérito de revelar condições materiais objetivas de mobilização social e/ou cultural que contrastam com a imagem e o estigma de “faroeste” que se atribui à ZORJ. Mesmo carregadas de ambigüidades, indicam caminhos e possibilidades alternativas de desenvolvimento econômico e social, para além do disciplinamento fabril do território (através dos grandes empreendimentos) e das mazelas que o assombram. Indicam também o desejo de uma vida melhor. Uma Câmara de Desenvolvimento não apenas teria o mérito de multiplicar essas iniciativas, na medida em que angariasse legitimidade política e força institucional, como também mostraria para o restante da cidade (em particular para a Zona Sul!) que seu longo “esquecimento” não foi em vão.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Mauricio de. *Evolução Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAN/RIO, 1997.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania. Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.

HASENCLEVER, Lia et al. *Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno: diagnóstico sócio-econômico do local*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2008 (Relatório de Pesquisa, versão preliminar).

GORZ, André. *O Imaterial. Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

GRUPO DE TRABALHO SANTA CRUZ. *Relatório Final*. Rio de Janeiro: SMU/RJ, março de 2008.

LAZZARATO, M. & NEGRI, A.; *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. *Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro: clientelismo ou o caso das bicas d’água no Mendanha*. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Educação, 2007 (dissertação de mestrado).

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brassis. [Uma reflexão em busca de auto-estima]*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAGALHÃES, Roberto Anderson M. *Preservação e Requalificação do Centro do Rio nas Décadas de 1980 e 1991. A construção de um objetivo difuso*. Rio de Janeiro: Light, maio/2002 ([www.light.com.br/foster/web/aplicacoes/documentos](http://www.light.com.br/foster/web/aplicacoes/documentos)).

MANSUR, André Luiz. *O Velho Oeste Carioca*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

URANI, André. *Trilhas para o Rio. Do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008.

VIANA, Sergio Besserman. *Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: Conselho Estratégico de Informações da Cidade, 2008.

### **Lista de entrevistados**

- Jesse Cardoso de Paiva, Associação Comercial e Industrial de Realengo (ACIRA).
- Teresa Nunes, Sub-prefeitura de Campo Grande.
- Fabio Quadros de Souza, Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu (ACERB).
- Tânia Módolo Custodio, SEBRAE/RJ Bangu.
- Antônio Batista Ribeiro Neto, SEBRAE/RJ.
- Marcelo Guimarães, MACPLANUS.
- Moacyr Bastos, Universidade Moacyr Bastos (UNIMB).
- Marisa Valente dos Santos Pimenta, Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU/RJ).
- José Barreto Ferreira, Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU/RJ).
- José Joaquim De O. Jacques, Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz e Adjacências (AEDIN).
- Vicente Loureiro, Subsecretário Estadual de Projetos de Urbanismo Regional e Metropolitano (\*)

### **Reuniões com empresários**

FALMEC, Bangu, 06/08/08

ACICG, Campo Grande, 01/10/08

ACERB, Bangu, 09/10/08

AEDIN, Santa Cruz, 16/12/08

---

\* Palestra sobre o Projeto Arco Metropolitano proferida no Instituto de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IGEO/UFRJ), em 09/10/08.